

I. PLATAFORMA LEGAL



O IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional

- é órgão competente que tem por atribuição zelar pelo patrimônio cultural brasileiro, definido pela Constituição Federal de 1988, cujo item 5 destaca os conjuntos urbanos e os sítios arqueológicos de valor paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico como integrantes deste patrimônio.

A legislação brasileira que normatiza as coisas do patrimônio cultural, inclusive o arqueológico, é relativamente antiga, datando da terceira década do século XX. O **Decreto Lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937, assim define o **patrimônio histórico e artístico nacional**:

Art. 1º. - Constitui patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação aos fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

A **Lei Federal nº 3.924**, de 26 de julho de 1961, **dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos**, inspirada nas idéias preservacionistas de Paulo Duarte. Este diploma, além de definir alguns conceitos básicos, delinea as competências institucionais relativas à pesquisa de sítios arqueológicos, introduzindo um esquema de autorizações, comunicações prévias e permissões a serem exaradas pelo **IPHAN**.

A regulamentação desta lei se resume na edição de algumas normas infra-legais, tais como a **Portaria 7/88**, da antiga Sub-Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e as portarias **230/02** e **28/03**, do seu órgão sucessor, IPHAN.

As normas infra-legais devem ser atendidas antes da realização da obra do empreendimento possivelmente causador de danos ao patrimônio arqueológico. **A legislação de Patrimônio Arqueológico aponta para a obrigatoriedade de estudos prévios, diagnósticos e levantamentos arqueológicos, pelo menos na área diretamente afetada pelo empreendimento.**





A **Portaria 7** foi a primeira norma a regulamentar a lei federal, adequando-a a situações e terminologia mais atuais. As duas últimas, bem recentes, referem-se especificamente às condições da prática arqueológica nos procedimentos de licenciamento ambiental.

A promulgação da **Constituição de 1988** trouxe novidades com relação ao patrimônio arqueológico, provocando a necessidade de se repensar seu estatuto frente ao **federalismo cooperativo** instituído pela Carta Magna. Enumerados dentre os bens da União [art. 20, X, CF], os **sítios arqueológicos e pré-históricos** têm sua proteção definida no âmbito das competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios [art. 23, III, CF].

A lição constitucional determina que **os sítios arqueológicos são bens da União**. O diploma jurídico máximo também fixou a gestão participativa entre os entes federados nos assuntos de sua proteção. Muitas vezes, porém, os limites entre as competências comuns da União, dos Estados e dos Municípios — isto é, onde termina uma e começa outra e, mesmo, a existência de uma faixa de superposição — é assunto que pode alçar níveis de controvérsia a serem resolvidos por instrumentos jurídicos menores. A promulgação de uma constituição explicitamente municipalista e ambientalista deu nova ordem ao federalismo brasileiro. Pela primeira vez, a jurisdição local — Municípios — é explicitada como entes federados [art. 1º, *caput*, CF].

No caso da **matéria ambiental**, o cap. VI concretiza, com seu art. 225, talvez, a mais completa menção à preservação ambiental dentre as constituições das nações modernas. Nesse contexto, o **patrimônio arqueológico**, enquanto evidência concreta inserida no ambiente sócio-econômico tem sido tratado no rol das preocupações ambientais pelos instrumentos legais menores. E não poderia deixar de ser, posto que a própria **Carta da República** o associa sempre à envergadura ampla das coisas ambientais e culturais vinculadas ao conceito de patrimônio. Senão observe-se:

Art. 20 - São bens da União

X - as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;





Art. 23 - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

Art. 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

V - os conjuntos urbanos e os sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A legislação ambiental brasileira que, dentre outros instrumentos, passou a contar com uma **Política Nacional do Meio Ambiente** [Lei Federal 6.938/81], exige o licenciamento ambiental dos empreendimentos potencialmente lesivos ao meio. O **CONAMA — Conselho Nacional do Meio Ambiente** — emitiu uma série de normas relativas à elaboração e aprovação de estudos de impacto ambiental [EIAs], relatórios de impacto ambiental [RIMAs] ou relatórios ambientais prévios [RAPs], instrumentos necessários para o licenciamento de empreendimentos dessa natureza. No caso do **Estado de São Paulo**, o órgão licenciador ambiental é a **Secretaria de Estado do Meio Ambiente**, assessorada pelo **CONSEMA — Conselho Estadual do Meio Ambiente** [o órgão federal competente, IBAMA, age em caráter supletivo; os órgãos municipais de meio ambiente, quando existem, assessoram o órgão estadual nos assuntos de natureza local].

É digna de nota a **Resolução 001**, de 23 de janeiro de 1986, que “*estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da avaliação de impacto ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente*”.

Seu *Art. 6º*. determina que o estudo de impacto ambiental desenvolverá, no mínimo, *diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como*





existem de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando o meio físico, o meio biótico e os ecossistemas naturais, além do meio sócio-econômico. À Arqueologia interessa o meio sócio-econômico, definido na resolução como o uso e a ocupação do solo, os usos da água e a sócio-economia, destacando os sítios e os monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos”.

Finalmente, o empreendedor mandará elaborar, por suas próprias expensas, programas de mitigação e de monitoramento dos impactos ambientais negativos. Daí a obrigatoriedade da pesquisa de salvamento arqueológico para o licenciamento de empreendimentos potencialmente lesivos ao meio ambiente, consolidando os preceitos estabelecidos pela **Lei Federal 3.924/61**.

A **Portaria IPHAN 230/02** partiu de algumas considerações preliminares que se resumem na compatibilização das fases de obtenção de licenças ambientais em urgência ou não, com os estudos preventivos de arqueologia, objetivando o licenciamento de empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico. Assim, na fase de obtenção de licença prévia, determina a norma os seguintes procedimentos:

- Contextualização arqueológica e etno-histórica da área de influência do empreendimento, por meio de levantamento exaustivo de dados secundários e levantamento arqueológico de campo [art. 1º];
- No caso de projetos afetando áreas arqueologicamente desconhecidas, pouco ou mal conhecidas, que não permitam inferências sobre a área de intervenção do empreendimento, deverá ser providenciado levantamento arqueológico de campo pelo menos em sua área de influência direta. Este levantamento deverá contemplar todos os compartimentos ambientais significativos no contexto geral da área a ser implantada e deverá prever levantamento prospectivo de sub-superfície [art. 2º].





O resultado final esperado é um relatório de caracterização e avaliação da situação atual do patrimônio arqueológico da área de estudo, sob a rubrica “**diagnóstico**”.

A norma ainda destaca que a avaliação dos impactos do empreendimento sobre o patrimônio arqueológico regional será realizada com base no diagnóstico elaborado, na análise das cartas ambientais temáticas [geologia, geomorfologia, hidrografia, declividade e vegetação] e nas particularidades técnicas da obra.

Quanto às disposições relativas à fase de LP, a **Portaria 230/02** destaca que, a partir do diagnóstico e avaliação de impactos, deverão ser apresentados os programas de prospecção e de resgate compatíveis com o cronograma das obras e com as fases de licenciamento ambiental do empreendimento, de forma a garantir a integridade do patrimônio cultural da área, se houver.

Na fase de obtenção da LI será executado o programa de prospecção proposto anteriormente, com as interpretações temáticas e cartografia dos geoindicadores arqueológicos da área diretamente afetada pelo empreendimento.

De acordo com a norma prevista na **Portaria 230/02**, os estudos arqueológicos no processo de licenciamento ambiental implicam em trabalhos de laboratório e gabinete [limpeza, triagem, registro, análise, interpretação, acondicionamento adequado do material coletado em campo], bem como o planejamento de ações de **Educação Patrimonial**. Estas atividades deverão estar previstas nos contratos firmados entre os empreendedores e os arqueólogos responsáveis pelos estudos.

No caso da guarda do material arqueológico retirado das áreas de resgate, esta deverá ser garantida pelo empreendedor, seja na modernização, na ampliação, no fortalecimento de unidades de pesquisa existentes, ou mesmo, na construção de unidades museológicas específicas para o caso.

